

# PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GERAÇÃO DE EMPREGOS

Elizabeth Lorenzotti



*A cidade de São Paulo e sua região metropolitana constituem o centro da economia brasileira, gerando 17% do Produto Interno Bruto (PIB) e concentrando 17 milhões de habitantes, dos quais 10 milhões só na Capital. Nessa potência econômica encontra-se a mais impressionante legião de trabalhadores desempregados do Brasil: 1,68 milhão ou quase 19% da população economicamente ativa*

**N**ada menos do que 18,6% da população economicamente ativa (PEA) da região permaneciam desempregados em julho de 2000, totalizando 1,685 milhão de trabalhadores, segundo pesquisa da Fundação Seade-Dieese. Embora a taxa tenha-se mantido estável nos últimos meses, subiu de 47 para 50 semanas o tempo médio na procura de trabalho. As massas de rendimentos de ocupados e assalariados caíram, respectivamente, 3,5% e 3,1%. Entre maio e junho, o salário médio real apresentou queda de 3,1% no setor privado.

“Não se pode desenhar o município de São Paulo ignorando o que ocorre em volta”, diz o professor Carlos Roberto Azzoni, chefe do Departamento de Economia da FEA. No estudo “Quão grande é exagerado? Dinâmica populacional, eficiência econômica e qualidade de vida na cidade de São Paulo”, ele investigou aspectos do tamanho urbano da cidade e sua área metropolitana, a atração da área para os negócios, os indicadores comparativos de qualidade de vida.

Comparada aos municípios industrializados da região metropolitana, São Paulo está 42% acima da média metropolitana de lucratividade, embora perca competitividade na indústria. A cidade tem vantagem comparativa na área terciária moderna, comércio e serviços.

“A localização do terciário é determinada pela localização da demanda e cresce mais nas grandes metrópoles. Toda área terciária moderna devora o tamanho urba-

no”, diz o professor. “As novas relações de trabalho, que são informais, demandam tamanho urbano no município e no núcleo urbano central, também um pouco ocupado pelo ABC, onde deve crescer também a atividade terciária. Mas, na área tributária da economia, até um raio de 100 quilômetros da Capital, vai continuar havendo crescimento industrial”, afirma Azzoni.

“A qualidade dos empregos em São Paulo está mudando. Existe dinamismo, potencial de geração de emprego, mas trata-se de outro emprego, o informal, que se traduz

***A aglomeração  
viabiliza muitas  
atividades, até mesmo o  
crime, e com isso cai a  
qualidade de vida***

por consultorias, comércio, prestação de serviços. E isso intensifica o problema da qualidade de vida. Existem novas atividades que só podem se viabilizar nos grandes conglomerados urbanos. Inclusive o crime. Porque no interior é mais fácil de um criminoso ser preso...”

A aglomeração viabiliza muitas atividades. “E criam-se megalópoles doentes, inchadas, de altos custos. Quanto maior a cidade, mais caro é viver nela”, diz o professor. Ele verificou que o custo de vida em São Paulo é 20% maior do que o encontrado na média de 17 metrópoles. O professor recorre a uma figura de linguagem: viveríamos numa cidade como num condomínio,

no qual a conta não cobre todos os custos e a administração pública, como organização, não é eficiente.

“Pagamos impostos e a qualidade de vida é ruim. Há, é claro, uma total refração a qualquer aumento de taxas. Não queremos aumentar a conta do condomínio. Deixando rolar, não pagamos com dinheiro, mas com deterioração da qualidade de vida. Deixamos estragar, fazemos empréstimos e transferimos a dívida para nossos filhos e netos. Quem tem dinheiro blinda os carros, quem não tem se mata no trânsito. Quem tem dinheiro se muda para municípios próximos e mais tranquilos, outros vivem nas periferias, nas favelas controladas por bandidos”.

Para ele, a cidade não é inviável só porque é grande. Outras também são. Mas, por ser grande, requer instrumentos para melhorar. Para melhorar a qualidade de vida são necessários muitos investimentos, e o custo disso é incompatível com a “conta do condomínio”. Seria necessário aumentar a “taxa do condomínio” e melhorar a administração. Investir e custear a educação, saúde pública e outros setores.

“É preciso aumentar a eficiência da administração, gastar menos com funcionalismo, isso sem falar da corrupção”, afirma. A mudança do secundário para o terciário gera uma dinâmica de crescimento, mas não a suficiente dinâmica de recursos. Crescer gera problemas de arrecadação da Prefeitura no terciário, pois é difícil fiscalizar.

“A cidade custa mais do que pagamos. Pagamos hoje da pior maneira, com mau humor, estresse, violência etc.” A execução de solu-

Cena paulistana

# RETRATOS DO DESEMPREGO

Daniel Garcia

Dia qualquer da semana, Palácio do Trabalhador, bairro da Liberdade. De madrugada, eles começam a chegar para pegar uma senha. São milhares diariamente. Este é um dos locais em que, em São Paulo, desempregados são cadastrados. Homens e mulheres, jovens e homens maduros, alguns vão pela primeira vez. Outros voltam para saber se têm alguma oportunidade, depois do cadastro. Por telefone é impossível.

Uns e outros podem passar o dia todo ali, ocupando desde o jardim até as centenas de cadeiras dentro e fora do prédio imenso. Beatriz, Michel, Elis Regina, Raimundo Nonato, Rodrigo, Marizete, Francisco são retratos em carne e osso, entre milhares, dos efeitos da política econômica. De todas as abstrações da economia: das taxas de juros, das estatísticas, das projeções, dos efeitos perversos da ajuda aos bancos e da corrupção em escala federal, estadual e municipal.

São a personificação dos 18% da taxa de desemprego, de acordo com a Fundação Seade-Dieese, ou dos menos assustadores mas igualmente graves 12% das estatísticas do IBGE. Beatriz Marcelino, 22 anos, já fez curso de secretariado e informática, mas completou um ano desempregada. “Eles exigem experiência de no mínimo dois anos para fazer qualquer coisa, de recepcionista a secretaria e auxiliar administrativa”, lamenta-se.

A seu lado, Raimundo Nonato Nascimento, 50 anos, mulher e quatro filhos, trabalhador da construção civil. Há quatorze anos vem de Capitão do Mato, no Piauí, para trabalhar. Vai e volta. A empresa em que trabalhava fechou e Raimundo veio para a fila do Palácio do Trabalhador. “Com a idade, fica cada vez mais difícil encontrar emprego”, diz.

Também para Marizete dos Santos, 37 anos, que procura emprego de conferente, a vida não tem sido risonha. Já trabalhou em casa de família, em hospital. Desempregada há um ano, diz que tem sorte, porque o marido, que é pintor, tem sempre trabalho.

Outro retrato, desta vez do resultado dramático das aquisições e fusões de empresas, este devorador



Raimundo Nonato: personificação das taxas

fenômeno da economia, é Francisco Correia da Costa, 52 anos. Ele está desempregado desde 1998, quando foi demitido da Financiadora Mappin, comprada pelo banco BBA. Sua função era de informante, isto é, trabalhava na localização de endereços.

“Minha filial tinha entre quinhentas e seiscentas pessoas. Demitiram a maior parte, fecharam quase todas as filiais”, relata. Casado, dois filhos, a mulher é professora, mas o salário não é suficiente, é claro. Sobrevivem com a ajuda de cestas básicas doadas por familiares.

Francisco também foi ao PAT, ao Poupa Tempo, para se cadastrar. “Em todos esses lugares tem sempre muita gente”, observa. “Outro dia fui ver um anúncio e tinha uma fila de trezentas pessoas. Vejo na televisão que o índice de desemprego está diminuindo, mas sinto que o que aumenta é o índice de filas”, observa o trabalhador.

Há indícios de aquecimento na economia. Mas, como lembra o professor Reynaldo Fernandes, a última coisa a desaquecer quando a economia vai mal é o emprego, que também é o último a mostrar recuperação quando os indicadores se invertem. O nível de emprego, que declinou em 1998, mostra sinais de melhora neste semestre, mas não se sabe se voltará aos níveis anteriores. (E.L.)

Arquivo pessoal

Daniel Garcia

Daniel Garcia



Maria Cristina Cacciamali



Reynaldo Fernandes



Carlos Roberto Azzoni

ções propostas passa por reformulações estruturais complicadas, na opinião do professor. “É um engano achar que o novo prefeito conseguirá resolver esses problemas. Existe um grande endividamento de obras que já foram feitas, que limita o orçamento de várias administrações. Na verdade, não tenho uma proposta milagrosa”, conclui Azzoni.

O problema do desenvolvimento econômico e do emprego tem a ver com a política macroeconômica, é certo. O professor Reynaldo Fernandes, da FEA de Ribeirão Preto, acredita que a Prefeitura tem pouco a fazer nesse aspecto. “Uma parte do desemprego tem a ver com decisões do Banco Central, do governo federal. Aumento de 2 a 3 pontos nos juros faz um estrago tal que nenhum prefeito pode resolver. Baixando-se a taxa de juros, porém, consegue-se reduzir o desemprego como nenhum prefeito conseguiria”, observa.

A pesquisadora Maria Cristina Cacciamali considera que, embora a política macroeconômica possa ajudar ou dificultar políticas municipais em relação ao emprego, elas sempre serão possíveis. Professora de Economia do Trabalho da FEA e presidenta do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Lati-

na (Prolam), no seu diagnóstico de São Paulo crescem as relações informais de trabalho: “São trabalhadores que não têm proteção social”.

Outro ponto é o desemprego e a inatividade: “Uma boa parte das pessoas que se apresentam como desempregadas não consegue obter colocação e passa para a inatividade. Outra parte das que acabaram

nacional, com linhas de atuação como seguro-desemprego, programa de formação profissional e microcrédito para pequena empresa e trabalhador autônomo. Maria Cristina acredita que se poderia pensar numa utilização mais intensa desse programa nacional no município. “Esses programas nunca receberam aqui a devida articulação para ser utilizados”.

Uma segunda proposta concebe alguns programas articulados entre si, tendo interface principalmente na periferia. “Pode-se pensar num programa de reurbanização: áreas reurbanizadas propiciam oportunidades para que as pessoas executem trabalhos na própria comunidade, ou ofereçam serviços a outras comunidades. A reurbanização integra a região à vida econômica da cidade”.

Chegou-se a pensar, em gestões municipais passadas, numa articulação de diferentes programas sociais em áreas periféricas, mas tais programas nunca tiveram implantação adequada e focalização na população que se gostaria de atingir. Se adequadamente implantados, o resultado seria um forte impacto sobre a renda e o emprego, oferecendo às pessoas possibilidades de atuação autônoma.

***Programas articulados  
de reurbanização e a  
utilização mais intensa  
do Sistema Público de  
Emprego integrariam as  
populações e  
diminuiriam a violência***

ficando inativas retorna às vezes ao mercado — há uma mobilidade entre inatividade e desemprego bastante forte”. Os jovens têm grande dificuldade para obter o primeiro emprego, e o trabalho da mulher sempre tem menor remuneração e é exercido em piores condições.

Qual a capacidade do município para atuar nesse quadro?

Existe o Sistema Público de Emprego, uma política de âmbito

# AS PERGUNTAS FEITAS AOS CANDIDATOS

**1** O candidato concorda com o diagnóstico de que a política econômica e a determinação da taxa de juros pelo Banco Central exercem maior influência sobre o emprego e o desemprego do que as políticas municipais?

**2** O candidato considera viáveis as propostas da pesquisadora Maria Cristina Cacciamali de realização de a) programa de reurbanização que permita às pessoas executarem trabalhos na própria comuni-

dade, ou oferecer serviços para outras comunidades, com forte impacto sobre a renda e o emprego; b) maior articulação do município com o Sistema Público de Emprego; c) ativação da Secretaria de Relações de Trabalho do município, estabelecendo-se parceria com os sindicatos de trabalhadores na fiscalização e legalização do trabalho clandestino? Em caso afirmativo, de onde viriam os recursos para bancar o programa de reurbanização das áreas periféricas?

Em resumo, a proposta é pensar programas integrados de reurbanização, educação e uma utilização mais intensa das linhas do Sistema Público de Emprego. Uma forma de integrar as populações às esferas econômica, social e cultural da vida urbana, e também de diminuir a violência — uma das maiores preocupações dos cidadãos de São Paulo, se não a maior.

O município também deveria realizar ações em parceria para fiscalizar a legislação trabalhista e combater a evasão dos trabalhadores da seguridade social, embora esse vínculo seja de responsabilidade federal. “Os sindicatos podem ter atuação importante na legalização do trabalho clandestino. Isso pode ser feito em parceria com a Secretaria de Relações de Trabalho do município, que por sinal tem atuação mínima, a maioria das pessoas nem conhece”. A existência de subprefeituras facilitaria a execução desse tipo de programas, acrescenta a professora, tendo em vista o gigantismo da cidade e as especificidades de cada região.

Isso é viável? Sim, responde ela, desde que haja honestidade de

propósitos e atuação política dirigida para essa questão. “Parece-me que as plataformas dos candidatos não dão a importância necessária à questão do emprego e a uma articulação da questão com as outras áreas sociais. Não adianta apenas tapar os buracos: também é preciso dar atenção àquela comunidade, para que conserve a rua e considere que faz parte de seu patrimônio”, adverte. “Os clientes vão percorrer a rua requerendo serviços. E a população vai percorrer a rua oferecendo trabalho”.

Portanto, a presença do poder público — a ação da Prefeitura — teria de ser muito maior no sentido de preservar os equipamentos urbanos e o meio ambiente, dando motivação à população. A proposta que apresenta não inventa nada, diz Maria Cristina.

“Basta colocar em prática o que temos. O município também poderia ter atuação mais ativa no desenvolvimento local, incentivar determinados negócios, determinadas plantas de serviços industriais, e criar determinados espaços onde a atividade econômica possa ser exercida. Há toda uma parte de

atividade econômica que ele também pode exercer, e não tem sido feita. Não obrigatoriamente em termos de incentivos fiscais, mas no sentido de oferecer condições para que as empresas se estabeleçam. Melhorar todos os corredores comerciais nos diferentes bairros e regiões já daria visibilidade, e uma possibilidade enorme de implantação de outros negócios”.

A professora exemplifica: “Em vez de deixar do jeito que está, cada loja ao delírio de cada um, organizar, valorizar a área e propiciar, dentro de cada corredor, de cada bairro, praticamente toda a gama de serviços necessários seria fantástico”.

Tal atitude representaria o início de um planejamento moderno, articulado, de valorização do bairro, e incentivaria o estabelecimento de determinadas atividades. Numa situação de crescimento econômico, de crédito mais barato, essas idéias seriam mais facilmente viabilizadas. Mas, acredita Maria Cristina, se não houver crédito algum (ao contrário, uma restrição profunda), a proposta ainda assim pode ser implantada, em escala menor. RA